



opúsculos
n.º 001

António Emiliano:

FOI VOCÊ QUE PEDIU UM ACORDO ORTOGRÁFICO?

**Nota introdutória de
Vasco Graça Moura**



SEM DESCULPA

O folheto, o panfleto, o opúsculo, que tanta importância tiveram entre nós na difusão das ideias e na alimentação das polémicas, entre o século XVIII e o século XX, são hoje espécies em vias de extinção. Talvez subsistam algumas derivações deles, como as separatas de revistas ou as edições de peças forenses de alguns advogados, mas a verdade é que aquela dimensão polémica, provocatória e de veloz circulação, em que se reencontravam, apesar de inúmeras diferenças, tanto interventores anónimos como figuras da craveira de um José Agostinho de Macedo, de um Alexandre Herculano, de um Camilo Castelo Branco, de um António Sérgio, de um Luís Pacheco, para só mencionar alguns, tem vindo a evaporar-se e a abdicar dessa tradição secular, que, a meias com a literatura de cordel, cobria a política, os costumes, a cidadania, a resistência cívica, a cultura “cultivada”, a cultura popular e tantas outras áreas mais, em favor dos blogues da Internet, das páginas cada vez mais raras de alguma imprensa, quando não de coisa nenhuma.

Numa época em que a edição se preocupa fundamentalmente com o chamado *best-seller*, tendendo a marginalizar tudo o que não

lhe corresponda, é de saudar que uma casa editora inclua nos seus projectos a publicação de uma série de produções culturais desse tipo, o que só pode contribuir para tornar mais vivo o debate em torno das ideias, dos valores, dos problemas e das opções. E, numa emergência como a presente, em que o chamado Acordo Ortográfico representa um verdadeiro perigo para a nossa língua e para a nossa cultura, a publicação deste opúsculo de António Emiliano marca com uma pedra branca o arrancar em concreto dessa intenção.

Trata-se de um texto em que o saber científico, a interdisciplinaridade ágil e uma saborosa ironia se aliam demonstrativamente, pondo ao alcance de toda a gente matérias que, por via de regra, só encontram tratamento complexo em rarefeitos meios especializados. Até agora, ainda se podia admitir que algumas almas, mais propensas aos expedientes da retórica política do que à análise rigorosa da realidade concreta, se sentissem divididas, hesitantes, ou mesmo diferentemente orientadas quanto a essa questão. Depois deste texto, não há desculpa.

Vasco Graça Moura

FOI VOCÊ QUE PEDIU UM ACORDO ORTOGRÁFICO?

«A ortografia é um fenómeno da cultura, e portanto, um fenómeno espiritual. O Estado nada tem com o espírito.»

Fernando Pessoa, *A Língua Portuguesa*,
Assírio & Alvim, 1997, p. 90

1

A actual controversia orthographica remonta á reforma de 1911 a qual, imposta apressadamente por decreto como prioridade nacional do governo provisorio da recém-implantada republica, teve duas consequencias notaveis e nefastas: no plano da lingua escripta, a physiognomia graphica da lingua portugueza foi profundamente alterada — attente-se no primeiro periodo d'este artigo graphado em orthographia antiga que ninguém terá difficuldade em ler; no plano social e político, a *legiferação da ortografia*, que se tornou questão de Estado (dependente do arbítrio da classe política e das vicissitudes da conjuntura político-ideológica). As reformas que se sucederam ao longo do século XX, bem como os sucessivos desacordos entre Portugal e o Brasil, são o resultado funesto e visível da ausência de uma reflexão séria, ponderada e compassada sobre um elemento cultural e identitário fundamental como é uma ortografia.

Fernando Pessoa — que defendia a unidade ortográfica entre Portugal e o Brasil e considerava o sistema ortográfico antigo «talvez

o mais perfeito que se conhece», «obra prima de patriotismo e de humanismo, trabalhado pacientemente por gerações dos nossos maiores, que os castelhanos inconscientes (involuntários) do Governo Provisório se lembram de destruir» — qualificou a reforma de 1911 como acto impatriótico, imoral, impolítico e promulgado ditatorialmente ('O Problema Ortográfico', in *A Língua Portuguesa*, Assírio & Alvim, Lisboa, 1997, p. 24). Sintomaticamente, o único livro de poesia que Pessoa viu publicado em vida, *Mensagem* (de 1934), obra singular e perfeita da literatura portuguesa, foi impresso na ortografia antiga.

Tal como em 1911, a reforma ortográfica é hoje imposta por decreto e é obra de meia dúzia de personalidades insensíveis ao valor da estabilidade e da continuidade ortográficas num país europeu antigo como Portugal. Ao contrário de hoje, a percentagem de luso-falantes europeus, africanos, indianos, macaístas e timores afectados pela reforma de 1911 foi escassa, porque era mínima ao tempo a quantidade de cidadãos alfabetizados do império português. Apesar de tudo, a reforma de 1911 foi um acto soberano do Estado português, preocupado com a sua situação interna e os seus legítimos interesses (discorde-se ou não do acto e das suas premissas ideológicas); hoje, ao contrário, a república portuguesa curva-se perante os ditames e os interesses da república federativa do Brasil, perseguindo ilusões ridículas de projecção internacional da "língua portuguesa comum" (que ninguém fala).

Para uma apreciação séria do *Acordo Ortográfico* de 1990 importa distinguir o *acordo* (que, juntamente com os seus dois protocolos modificativos, constitui um instrumento jurídico-diplomático que traduz uma intenção política) da *reforma ortográfica* que, a partir dele, se pretende impor em Portugal e alhures. A reforma ortográfica

propriamente dita contém vinte e uma bases, a quase totalidade das quais se subdivide em diversos artigos e alíneas (não é uma reforma simples ou inócua) e uma *Nota Explicativa* que é o único documento 'oficial' conhecido (de uma dúzia de páginas) que fundamenta a reforma do ponto de vista técnico. Os argumentos apresentados são insuficientes, deficientes e, nalguns casos, falaciosos.

2

Qual o impacto real previsível desta nova reforma em Portugal em termos extensionais e intensionais? Nomeadamente, que grupos de falantes e que sectores da sociedade serão mais afectados e de que forma (*impacto extensional*)? Que incidência efectiva terá a reforma na expressão escrita e oral do português europeu, seguida por muitos milhões de luso-falantes fora da Europa (*impacto intensional*)? A resposta é: não se sabe, porque ninguém se deu ao trabalho de estudar o assunto.

No entanto, qualquer grande projecto do Estado português, como a construção de um novo grande aeroporto internacional, de uma nova grande travessia rodo- e ferroviária do Tejo ou de uma nova rede ferroviária de alta velocidade, pressupõe a realização de *estudos sectoriais prévios* e um *estudo de impacto ambiental*. São empreendimentos que nos afectarão duradouramente a todos, enquanto indivíduos e enquanto comunidade; são empreendimentos que afectarão mais directamente (pela localização, características e dimensões) determinados sectores da população, da bio-diversidade e do território.

Uma nova ortografia para o português de Portugal é um empreendimento tão importante e com um peso tão grande na vida quotidiana dos portugueses como qualquer uma das infra-estruturas

mencionadas. Onde estão os pareceres técnicos sectoriais de incidência extensional e intensional? Onde está o “estudo de impacto ambiental” da nova ortografia? Onde está o elenco razoado dos custos e benefícios dela decorrentes para todos nós?

A presente reforma, a ser aprovada e aplicada, afectará profundamente a grafia do português em sete países ditos lusófonos (seis dos quais são profundamente plurilingues), no Luxemburgo, na Guiné Equatorial, na região de Macau, nas escolas com ensino do português de todas as comunidades de emigrantes portugueses e lusó-descendentes espalhadas pelo Mundo, em diversas organizações internacionais (europeias, americanas e africanas) de que o português é língua oficial ou de trabalho, em dezenas de leitorados de português e em dezenas de departamentos de línguas e literaturas de universidades estrangeiras onde se ensina o português europeu. A reforma que ameaça agora abater-se sobre nós terá extensionalmente um impacto tremendo que ninguém se deu ao trabalho de prever, avaliar e explicar: esse impacto afectará nas próximas décadas milhões de seres luso-falantes, dos quais se devem destacar crianças em idade escolar (e seus pais), professores dos ensinos básico e secundário e respectivos formadores. No entanto, ninguém fez uma avaliação prévia (uma modelação) das consequências do ensino escolar de uma nova ortografia com grande número de alterações e que admite variantes gráficas: ninguém tentou imaginar ou mostrar o aspecto real de um manual escolar e de um dicionário escolar com grafias facultativas e ninguém pensou seriamente nos efeitos em crianças no ensino básico de uma (anti) norma ortográfica que admite explicitamente a variação e a diversidade.

Inúmeros sectores de actividade serão atingidos (e não apenas os editores e livreiros), muitos milhões de documentos públicos e privados

e de publicações tornar-se-ão ortograficamente obsoletos (arcaicos) de um dia para o outro. Portugal entrará num período de instabilidade e insegurança ortográficas sem paralelo nos últimos 200 – 300 anos. Único fundamento para esta situação preocupante: a aproximação ao Brasil e a inútil unificação ortográfica da “língua portuguesa comum” (que, repito, ninguém fala).

3

Enquanto linguista e estudioso da língua portuguesa cumpre-me dirimir argumentos de carácter linguístico, grafémico e filológico, deixando de lado a discussão dos aspectos políticos e diplomáticos do *Acordo Ortográfico* (sobre os quais, enquanto português, pai e professor tenho, naturalmente, opinião muito negativa formada). Apresento, assim, um *conjunto de factos relevantes* (sem os poder discutir por razões de brevidade e por não ser este o sítio adequado à discussão fina de questões muito técnicas), alguns dos quais estabelecidos nas últimas décadas pela investigação em linguística, neurolinguística, psicolinguística, grafemática e literacia, factos que os doutos negociadores do *Acordo Ortográfico* ignoraram (ou ignoravam).

Facto: oralidade e escrituralidade são dois *media* autónomos de actualização e realização de um sistema linguístico.

Facto: a escrita alfabética assenta numa relação entre unidades de escrita (grafemas — que não é o mesmo que ‘letras’) e unidades fonológicas (fonemas — que não é o mesmo que ‘sons’). Nenhuma ortografia de base alfabética foi, é ou será um sistema de transcrição fonética, pelo que é um *erro crasso* invocar-se um “princípio fonético” ou “de pronúncia” como base para uma reforma ortográfica.

Facto: as crianças pré-alfabetizadas (e os analfabetos em geral) têm uma reduzida consciência fonológica, que não vai além da discriminação de sílabas, e não lhes permite discriminar explícita e activamente os sons da fala (segmentos fonéticos). Assim, as crianças pequenas que se iniciam na aprendizagem da escrita adquirem as formas gráficas — a imagem gráfica das palavras — de forma holística, i.e. global, pelo que o sentido de “equações grafémicas” do tipo ‘b+a=bá’ lhes é totalmente inacessível. O papel real de estratégias grafo-fonémicas na aprendizagem da escrita e na leitura, e a existência de um *interface* grafo-fonémico como parte integrante (e necessária) do “mecanismo mental” de processamento da língua escrita que qualquer leitor adulto/fluyente possui são assunto de discussão, debate e controvérsia na comunidade científica. Já o eram, aliás, em 1990, mas os arquitectos do *Acordo Ortográfico*, reputados homens de letras, não eram especialistas de grafemática nem consta que tivessem especial preparação nessa área. Note-se que um eminente cientista português (Alexandre Castro Caldas, neurologista) demonstrou experimentalmente que a actividade cerebral de um sujeito alfabetizado é distinta da de um sujeito não alfabetizado: o primeiro tem zonas do cérebro activadas que no segundo estão “adormecidas”. A aquisição da literacia e o processamento da língua escrita afectam a estrutura interna do cérebro de forma marcante e específica: logo, pensar numa reforma ortográfica como uma coisa de somenos importância que afecta de leve as pessoas, ou à qual as pessoas se adaptam facilmente, é simplesmente ignorar o estado actual da ciência.

Facto: ler não é ser capaz de juntar ou concatenar letras e extrair delas sequências de sons. *Ler não é soletrar e soletrar não é ler* (ainda que a soletração possa desempenhar um papel subsidiário em

determinadas fases da aquisição da escrita por crianças ou adultos analfabetos). A insistência na soletração como base do ensino da escrita e da leitura é pernicioso, pois condiciona e limita o reconhecimento holístico dos itens lexicais; a soletração é hoje reconhecidamente uma estratégia errada de ensino da língua escrita, pois desvia o esforço do aprendente do reconhecimento e produção global das palavras escritas para a análise do valor individual dos grafemas (propiciando assim o surgimento de toda a sorte de erros e hesitações ortográficas).

Facto: as ortografias não são entidades naturais, e não mudam naturalmente; mudam por força da vontade (consciente ou inconsciente) dos utilizadores. Quanto maior for o grau de codificação ortográfica e ortolinguística numa comunidade, maior será a rigidez do sistema e maior a resistência à mudança, maior será o impacto de qualquer mudança no sistema (por mínima que seja). Só em culturas/sociedades com baixo índice de literacia e de textualização e sem centros fortes de difusão de cultura são tolerados e considerados normais os usos escriturais particulares, divergentes e facultativos. *A estabilidade ortográfica é apanágio de sociedades culturalmente complexas e avançadas, com forte apego à sua tradição e identidade culturais.*

Facto: os sistemas de escrita não são concebidos para superar as dificuldades dos aprendentes (das crianças em idade escolar ou dos analfabetos em geral), mas destinam-se, ao contrário, a utilizadores adultos, maduros e fluentes. Não há ortografias intrinsecamente fáceis ou simples, do ponto de vista do aprendente. A aprendizagem da ortografia é um processo de longa duração que dá ao aprendente acesso à cultura alargada da comunidade em que se inscreve. As dificuldades iniciais da aprendizagem são amplamente compensadas

pelas vantagens comunicacionais e sociais do conhecimento e domínio de uma ortografia estável e codificada.

Facto: o português europeu e o português do Brasil são conjuntos de variedades linguísticas muito distintas que se encontram num *processo multissecular de divergência*. Não é possível fazer regredir a História no sentido da uniformização e unificação linguísticas. Para todos os efeitos, as enormes diferenças fonético-fonológicas, morfológicas, sintácticas e lexicais que existem actualmente entre o português europeu e o português do Brasil põem *de facto* em causa a existência de uma “língua portuguesa comum” a nível global, e obrigam do ponto de vista do estudo e descrição a uma abordagem linguística que trate o português europeu e o português do Brasil como *línguas funcionais distintas*.

A unidade da língua portuguesa no mundo é, no melhor dos cenários, um conceito ideológico (perfeitamente legítimo, aliás), no pior, um mito, um fantasma. Se a unidade linguística entre Portugal e Brasil é uma abstracção sem valor ou aplicação práticas, a unidade ortográfica essa é, nos termos em que actualmente se discute, um puro disparate: nenhum benefício real poderá resultar dos custos trementos que acarretará vestir o português europeu e português do Brasil com uma roupagem gráfica semelhante, dado que a intercompreensão plena entre falantes dos dois diassistemas não existe e a clivagem é cada vez mais acentuada no plano da oralidade. O termo ‘língua portuguesa’, aplicado de forma geral ao conjunto da lusofonia — que não é, de facto, uma comunidade linguística, mas uma comunidade política e cultural alicerçada numa história comum — é um termo geral que abrange um conjunto de variedades linguísticas mais ou menos próximas (e com graus diversos

de inteligibilidade mútua). Exprime também a continuidade histórica entre o português europeu do século XVI e as variedades portuguesas contemporâneas dele descendentes bem como o parentesco linguístico e cultural que existe entre as diversas comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo. Como é comumente usado, não é um termo operativo da análise linguística, dado que nas diversas comunidades que compõem a lusofonia (muitas das quais são multilingues) não existe um sistema linguístico único partilhado. Corresponde ao que alguns linguistas designam de 'língua histórica', por oposição a 'língua funcional' (a língua que cada um nós usa quotidiana e coloquialmente).

Facto: o português é uma língua internacional (desde pelo menos o fim da Idade Média), sem problemas de difusão ou promoção independentemente da forma como se escreva. Na Europa é língua oficial da União Europeia e língua de trabalho do Parlamento Europeu, em África é língua oficial de seis países multilingues (incluindo a Guiné Equatorial) e da Organização de Unidade Africana, na América é língua oficial do Brasil, da Mercosul (Mercado Comum do Sul) e da Organização dos Estados Ibero-Americanos. Não é sério pensar-se ou proclamar-se que uma reforma ortográfica possa contribuir para a maior ou menor projecção internacional da língua (seja lá o que isso for, e tenha a importância que se lhe possa atribuir), quando a difusão à escala mundial do português antedata de muito a existência de uma ortografia portuguesa.

E convém pensar um pouco no que significa e implica a "projecção internacional" da língua no linguajar dos políticos (da política e da língua): é que se o problema se resume a contar e a exhibir milhões de falantes (face aos milhões de outras línguas), então, está-se, no limite, a

pensar na língua em termos imperiais, o que, no tempo em que vivemos, não faz qualquer sentido.

Convém também notar, a propósito dos milhões que falam português no mundo, que a maioria dos mais de duzentos milhões de pessoas que supostamente são hoje luso-falantes é composta por indivíduos analfabetos ou com literacia reduzida, e que muitos desses milhões não são falantes nativos de nenhuma variedade de português.

De acordo com estimativas diversas o português é a quinta, sexta, sétima ou oitava língua mais falada do mundo, a uma distância grande do inglês e do mandarim. O exame de perto da realidade linguística de países em vias de desenvolvimento nos quais se usa como língua nacional ou veicular uma língua europeia, mostra que, por detrás das estimativas monolíticas que são habitualmente divulgadas, se esconde uma realidade complexa e multi-facetada que inclui, por exemplo, diversos graus de proficiência linguística. Assim, se é certo que o português é uma língua internacional (há séculos), não é absolutamente certo que os milhões de falantes de que se fala falem todos a mesma coisa e com o mesmo grau de competência.

Facto: não há nenhum argumento de carácter linguístico, pedagógico e cultural que justifique a adopção de mais uma reforma ortográfica em Portugal, quanto mais de uma reforma tão profunda como a que agora se discute. A ortografia do português europeu sofreu desafortunadamente ao longo do século XX diversas e sucessivas alterações, e continua, apesar disso, a ter problemas: a presente reforma não só não resolve os problemas existentes como cria problemas novos. É tempo de se aceitar a ortografia como está, goste-se ou não. É tempo de se aceitar a estabilidade ortográfica como valor superior.

Pessoalmente, e dado que em 1911 foi dado um passo irreversível (e só por essa razão), gostaria de ver alterados/simplificados diversos aspectos da ortografia actual. Entendo que uma reforma ortográfica bem pensada em termos técnicos poderia resultar num sistema mais harmonioso e consistente (e, eventualmente, mais simples). Objectivamente, é-me, enquanto linguista e estudioso, absolutamente indiferente que se tirem os P's e os C's "mudos", para não falar dos H's iniciais inorgânicos, que também se podia ter tirado. Não me é indiferente, no entanto, a ligeireza com que o sistema grafémico da língua portuguesa tem sido tratado em Portugal, não me é indiferente a ausência de argumentos grafémicos e linguísticos sólidos para se reformar novamente a nossa ortografia, e não me é indiferente a instabilidade e a insegurança ortográficas introduzidas pelo *Acordo Ortográfico*. Ou seja, o facto de se poder alterar alguma coisa ou de se achar que se deve alterar não justifica por si só que se o faça: a ortografia não existe no vazio, e não é propriedade de linguistas, filólogos, políticos, academias, universidades, governos ou partidos.

Se é certo que a generalidade dos argumentos de suposta base linguística a favor de uma nova reforma é facilmente contraditada, donde resulta que o *Acordo Ortográfico* se apoia exclusivamente em argumentos de base política (e económica), mais certo é que, mesmo com argumentos técnicos bons ou até excelentes, os valores da estabilidade e da continuidade culturais são incontornáveis e deveriam pesar mais.

4

Não foram produzidos até hoje argumentos linguísticos sérios, baseados em dados fiáveis e verificáveis para justificar as opções da reforma (que ninguém quer e ninguém pediu fora do espaço rarefeito da

diplomacia, das academias e de alguma *intelligenza*), *maxime* os seus aspectos mais controversos. Pelo contrário. Os argumentos existentes e constantemente repetidos decorrem do texto da *Nota Explicativa* e denotam ignorância sobre o funcionamento, estrutura e problemas de aquisição de um sistema de escrita ortográfico alfabético. Por razões de brevidade, e para não intimidar ou enfadar o leitor, limito-me a alguns poucos exemplos ilustrativos.

5

A *Nota Explicativa* do *Acordo Ortográfico* diz, a propósito da supressão das chamadas “consoantes mudas”, que «as palavras afectadas por tal supressão representam 0.54% do vocabulário geral da língua, o que é pouco significativo em termos quantitativos.» (alínea 4). Esta afirmação ilude completamente o facto de que a verdadeira incidência (impacto intensional) desta medida só poderá ser aferida a partir do *conhecimento da frequência de uso das formas afectadas*. Como a própria *Nota Explicativa* admite, algumas palavras afectadas são de uso muito frequente (‘acção’, ‘colectivo’, ‘factura’, ‘óptimo’, etc.). Aquilo que a *Nota Explicativa* designa por “avaliação estatística” das mudanças propostas — expressão que se traduz em percentagens calculadas a partir de uma lista de 110.000 palavras de constituição e proveniência desconhecidas — é uma simples *contagem*, que nada tem a ver com estatística ou representatividade: a utilização de percentagens para indicar a “pouca representatividade” (outra expressão falaciosa da *Nota Explicativa*) que esta e outras mudanças terão no léxico português não é séria e constitui uma grave *manipulação dos dados* que esconde o real impacto de certos aspectos da reforma na língua escrita.

Por outro lado, a expressão “vocabulário geral da língua” é vaga e problemática. Os lexicólogos distinguem, e com fundamento, entre vocabulário corrente, vocabulário comum e vocabulário de especialidade: a cada tipo correspondem patamares distintos de quantidades absolutas de palavras e distintos índices de frequência. Como a “avaliação estatística” da *Nota Explicativa* foi feita a partir de uma lista palavras (cuja constituição e representatividade se desconhece — contém todas as formas verbais flexionadas ou apenas a forma de citação de cada verbo?), o impacto real desta mudança ortográfica nos vocabulários sectoriais em uso na sociedade portuguesa é simplesmente desconhecido. É, seguramente, muito maior do que o aventado. O argumento da baixa quantidade de palavras afectadas não colhe e é típico da fundamentação pouco científica dos promotores do *Acordo Ortográfico*.

6

A questão da “avaliação estatística” merece reflexões adicionais. Feitas as contas, nos termos da *Nota Explicativa*, as diversas mudanças ortográficas cuja adopção se propõe afectarão supostamente uma percentagem ligeiramente inferior a 2% do vocabulário português europeu, ou seja, 2.200 das tais 110.000 palavras usadas como referência (como é óbvio esta quantidade não pode conter todas as formas verbais de facto afectadas). Como disse acima, esta percentagem tem pouco significado: não só não resulta de uma avaliação científica dos dados, como constitui objectivamente manipulação grosseira dos mesmos.

Devo, para além disto, frisar de forma veemente que, se os números apresentados sobre o impacto ortográfico não são credíveis e fiáveis, se distorcem completamente a extensão do mesmo impacto (que na

realidade ninguém conhece exactamente), e se os argumentos técnicos são de baixa qualidade ou inexistentes, então os decisores políticos a quem compete homologar, ratificar e promulgar o *Acordo Ortográfico* de 1990 não têm (nem nunca tiveram) acesso a informação técnica fidedigna que lhes permita uma decisão final fundamentada. Este facto, só por si, parece-me condição necessária e suficiente (a que acresce o desconhecimento dos enormes desenvolvimentos científicos que se deram nos últimos vinte anos) para se impugnar e denunciar, ou, no mínimo, suspender, a aplicação do *Acordo*.

Se o Estado não constrói aeroportos, estradas e pontes (de que todos precisamos e beneficiamos) sem pareceres técnicos idóneos, mais razão terá em não aplicar uma nova ortografia (que ninguém pediu e ninguém quer mas que afectará TODA a gente) não apoiada em estudos não enviesados e de base científica inexpugnável que contemplem o impacto nos vários sectores potencialmente afectados, mormente, o do ensino da língua portuguesa nas escolas portuguesas.

7

O argumento da aproximação da escrita à fala (ou à “pronúncia”), usado explicitamente na *Nota Explicativa* do *Acordo Ortográfico* e várias vezes ouvido na boca e na pena de diversos acordistas (feliz termo cunhado por João Roque Dias, especialista em tradução técnica) nem merece ser comentado. É um argumento absurdo e ignorante, que nenhum linguista sério pode invocar, e que pressupõe uma concepção datada e errada da relação entre escrituralidade e oralidade.

Note-se, a propósito, que a actual ortografia portuguesa não reflecte explicitamente, com duas excepções, nenhuma das grandes mudanças

fonético-fonológicas dos últimos doze ou treze séculos de história da língua! As excepções são a) o desaparecimento, provavelmente no século XV, de hiatos vocálicos (em formas como 'veer', 'teer', 'caaveira', 'coor') e b) o surgimento de ditongos nasais, provavelmente também no século XV, aos quais correspondem (na grafia de algumas palavras) os dígrafos ãE, ãO e ãE.

8

Nem sempre a oralidade precede a escrituralidade: há palavras que entram na língua oral directamente a partir da escrita (cultismos, e não só), há modos de pronúncia que surgem em virtude da imagem gráfica das palavras, sobretudo num contexto cultural em que se privilegie a soletração no ensino da escrita. Há palavras que se conhece primeiro pela escrita e cuja pronúncia, antes de serem ouvidas, é desconhecida ou duvidosa e pode ser eventualmente deduzida por analogia com a grafia e pronúncia de outras palavras — é uma situação comum em aprendentes jovens da língua materna e em aprendentes estrangeiros.

Por exemplo, actualmente as palavras que se grafam com E inicial, como 'edifício', 'elemento', 'equação', 'errado', 'exacto', etc. são pronunciadas por um cada vez maior número de falantes portugueses com 'ê' e não com 'i': 'êdifício' em vez 'idifício'. Esta nova pronúncia, que é recente e não deve ter mais de década e meia ou duas décadas, constitui uma regressão fonológica (em termos históricos), por influência da grafia, e por efeito da soletração no ensino da escrita.

É perfeitamente plausível, portanto, considerar-se que algumas das alterações gráficas da presente reforma resultem em modificações na pronúncia do português europeu.

Outro argumento invocado frequentemente, e que decorre também da *Nota Explicativa*, é o facto de a supressão das “consoantes mudas” facilitar a aprendizagem da escrita. É um argumento desonesto e facilitista que não se apoia em nenhuma base científica.

Nenhuma ortografia (alfabética ou não) é concebida em função dos aprendentes e, desde que a ortografia seja bem ensinada, para uma criança de 6 - 7 anos, detentora à partida de uma reduzida consciência fonológica, é tão difícil aprender ‘haver’ com ou sem H, ‘aspecto’ com ou sem C, ‘adoptar’ com ou sem P, ‘física’ com PH ou F e com Y ou I (i.e. ‘physica’ ou ‘física’). O importante é a boa qualidade do ensino e a estabilidade dos padrões ortográficos.

Aliás, por força deste argumento da facilidade de aprendizagem, dever-se-ia então ter ido mais longe, eliminando o absolutamente desnecessário H inicial (grafando-se ‘aver’ em vez de ‘haver’), o CH a favor de X (grafando-se ‘xamar’ em vez de ‘chamar’), o SS, o Ç, o C e o X a favor de S (grafando-se ‘iso’, ‘pesa’, ‘sedo’ e ‘máximo’ em vez de ‘isso’, ‘peça’, ‘cedo’ e ‘máximo’), o S intervocálico e o X a favor de Z (grafando-se ‘pezo’ em vez de ‘peso’ e ‘ezame’ em vez de ‘exame’), o G antes de I e E a favor de J (grafando-se ‘jente’ e ‘jirar’ em vez de ‘gente’ e ‘girar’), etc. A grafia das vogais nasais podia também ter sido simplificada, generalizando-se o til, e eliminado-se grafias complexas como AM, AN em favor de Ã, por exemplo, em todos os casos (grafando-se ‘cãpo’ e ‘cãtar’ em vez de ‘campo’ e ‘cantar’).

Por que razão se não aplicou então de forma consistente o critério da simplificação para facilitação da aprendizagem? A boa qualidade de uma reforma, seja em que plano se situe, mede-se, entre

outras coisas, pela *consistência dos seus critérios* e da aplicação dos mesmos.

A resposta é simples: o autores da *Nota Explicativa* reconhecem explicitamente que certas soluções ortográficas possíveis iriam contra a *tradição ortográfica*, termo que empregam duas vezes. Assim, reconheceram que há uma tradição ortográfica portuguesa que deve ser acautelada e optaram por violar e violentar selectivamente (i.e. de forma casuística) a mesma tradição, procedimento que não é científica, ética e deontologicamente admissível.

É como ter uma política de preservação do património cultural de Portugal que permita casuisticamente a demolição de monumentos nacionais em nome do interesse público ou de interesses de grupo, para permitir, por exemplo, a passagem de uma estrada, ou a construção de uma barragem ou de uma estação de tratamento de resíduos. É como ter um Código do Processo Penal, que, respeitando e invocando a tradição jurídica portuguesa, exclua a pena de morte, excepto ... quando não excluir, aplicando-a casuisticamente a determinados crimes. É como ter um Plano Director Municipal que, respeitando e invocando a tradição arquitectónica e o património paisagísticos locais, proíba a construção de mamarrachos num centro urbano ou a urbanização de áreas protegidas, excepto... quando não proibir, por exemplo, quando a construção e a urbanização servirem casuisticamente os interesses económicos do município ou de grupos de munícipes.

10

Por outro lado, se a simplificação não é um argumento sério, deve observar-se que a supressão das “consoantes mudas”, a ser aplicada,

irá criar problemas novos (como me sugeriu em comunicação pessoal, que muito agradeço, o Sr. Professor João Andrade Peres, professor catedrático de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa), a saber:

a) aumento do número de palavras homógrafas — ‘ca(c)to ~ cato’, ‘a(c)to ~ ato’, ‘corre(c)tor ~ corretor’, etc.;

b) aumento potencial de homofonia por influência da grafia na pronúncia — ‘intercessão ~ interceção ~ interseção’, ‘recessão ~ receção’, etc., poderão tornar-se homófonas em português europeu;

c) aumento das diferenças gráficas entre o português europeu e o português do Brasil, quando o objectivo declarado do *Acordo Ortográfico* é a unificação — no Brasil ‘percepção, recepção, decepção, coartar, acta(s)’ (pronunciadas com ‘p’ e ‘c’), em Portugal e alhures ‘perceção, receção, deceção, coartar, ata(s)’, etc. (pronunciadas sem ‘p’ e ‘c’);

d) redução da semelhança gráfica entre palavras da mesma família — ‘Egito ~ egípcio’, ‘infeção ~ infeccioso’, ‘ator ~ actante’, ‘datilografia ~ dactilo’.

A aprendizagem do português europeu por estrangeiros (que tanto parece preocupar os acordistas), nomeadamente por cidadãos dos PALOP, de Goa, de Macau e de Timor, será mais dificultada em resultado desta e doutras mudanças: a presença das “consoantes mudas” fornece pistas importantes para a pronúncia das palavras, pistas que com este *Acordo Ortográfico* desaparecerão. Perante formas gráficas como ‘afeto’, ‘ação’, ‘adotar’ o mais natural é que, por analogia gráfica, um aprendente estrangeiro (ou mesmo um professor estrangeiro) pronuncie ‘afêto’, ‘âção’ e ‘adutar’ (por analogia com formas como ‘meto, panfleto, preto’, ‘coração, nação, ração’ e ‘cotar, dotar, votar’).

O mesmo processo afectará plausivelmente aprendentes do português língua materna, sobretudo nos casos de palavras pertencentes ao vocabulário comum (por oposição a corrente) e a vocabulários de especialidade.

11

A admissão de grafias duplas facultativas é outra enormidade que este *Acordo Ortográfico* pretende impor-nos como grande vantagem na perspectiva (quimérica) da unificação ortográfica da língua: as facultatividades são em primeiro lugar, e antes de tudo, a comprovação da *impossibilidade de qualquer unificação ortográfica entre Portugal e Brasil*; depois, abrem a porta ao caos ortográfico mais completo e minam o fundamento de uma escrita normalizada e codificada.

No texto já citado, Fernando Pessoa (que não era linguista) referiu-se de forma lucidíssima à questão da variação ortográfica, a propósito das 'divergências gráficas' que considerava legítimas ao nível do utilizador individual e para uso estritamente pessoal:

«Distingamos cuidadosamente entre o dever cultural e o dever social. O meu dever cultural é pensar por mim, sem obediência a outrem — nullius addictus jurare in verba magistri; o meu dever cultural é registar pela palavra escrita, grafando como entendo que devo, o que pensei. Assim se cria a cultura e portanto a civilização. Cessa aqui, porém, o que é puramente o meu dever cultural. Com a publicação do meu escrito estou já, simultaneamente, em duas esferas — a cultural e a social: na cultural pelo conteúdo do meu / escrito; na social pela acção, actual ou possível, sobre o público. O meu escrito contém elementos prejudiciais

à sociedade ou à Nação? Se sinceramente e por mim o pensei, continuo cumprindo o meu dever cultural; meu dever social é que, consciente ou inconscientemente, não cumpri. São fenómenos distintos, dependentes, um, da minha contingência; outro, da minha consciência moral, se a tiver.

Ora a ortografia é um fenómeno puramente cultural: não tem aspecto social algum, porque não tem aspecto social o que não contém um elemento moral (ou imoral). O único efeito presumivelmente prejudicial que estas divergências ortográficas podem ter é o de estabelecer confusão no público. Isso, porém, é da essência da cultura, que consiste precisamente em «estabelecer confusão» intelectual — em obrigar a pensar por meio do conflito de doutrinas — religiosas, filosóficas, políticas, literárias e outras. Onde essas divergências ortográficas produziram já um efeito prejudicial, e portanto *imoral*, é se o Estado admitisse essa divergência em seus documentos e publicações, e, derivadamente, a consentisse nas escolas. No primeiro caso haveria um *fermento de indisciplina, que nenhum governo pode ou deve permitir*. No segundo haveria, além desse mesmo fermento, o de *desnortear crianças*, incapazes, por o serem, de reflectir ou analisar esses problemas. Eu, porém, não defendo — nem, presumo, defender alguém — o critério de que o Estado, onde tem ingerência, admita variações ortográficas. Como o indivíduo, *o Estado — que em certo modo é também um indivíduo — adopta a — e uma só — ortografia, boa ou má, que entende, e impõe-a onde superintende.*» (*id.*, pp. 23 - 4; itálicos meus)

Sejamos claros, com facultatividades gráficas não há ORTO-grafia. Nem aqui, nem do outro lado do Atlântico.

Uma maneira de se contornar os malefícios das grafias duplas

seria a *localização legiferada das variantes gráficas admitidas*: ou seja, perante o par 'Antônio/Antônio' o *Acordo Ortográfico* poderia ter estabelecido que em Portugal só a primeira forma é admitida, e no Brasil só a segunda. A solução do *Acordo Ortográfico* é a generalização por decreto das facultatividades a todos os territórios luso-falantes (ao nível do indivíduo, que poderá escolher a alternativa gráfica que lhe aprouver!), e o texto do próprio acordo é uma perfeita demonstração das consequências bizarras de tal solução. A cada passo somos confrontados com parágrafos deste tipo:

«Distinção gráfica entre s final de palavra e x e z com idêntico valor *fónico/fônico*:» (Base III, art.º 5.º)

«Os verbos arguir e redarguir prescindem do acento agudo na vogal *tónica/tônica* grafada u nas formas *rizotónicas/rizotônicas*:» (Base X, art.º 7.º)

12

Nem tudo é mau nesta reforma. Por exemplo, a eliminação da acentuação gráfica em formas como 'pára', 'lêem', 'vêem', 'fôra', etc. (na Base VIII) faz tecnicamente todo o sentido, dado que a tendência prosódica geral do português é para a acentuação paroxitónica (grave), e um aspecto negativo da actual ortografia é o duplo papel dos acentos, enquanto indicadores de acento de palavra e enquanto marcadores de timbre vocálico. Não deixa, aliás, de ser irónico que em muitas formas se proponha o regresso à situação anterior a 1911.

A falta de consistência do texto do *Acordo Ortográfico* na simplificação da acentuação gráfica é, no entanto, de deplorar: mantém-se o acento circunflexo na forma verbal 'pôr' para a distinguir da preposição

'por' (Base VIII, art.º 3.º). Que sentido faz esta opção, quando na mesma Base VIII se elimina o acento de 'pára' apesar da existência da preposição homógrafa 'para'? Não se entende também por que razão se não aproveitou o ensejo para nos livrarmos do acento grave, que só ocorre na contracção 'à(s)'. Aqui, como noutros casos, o critério adoptado não foi aplicado de forma consistente (e coerente).

Pura insensatez (para não dizer estultícia) é a disposição que torna facultativa a acentuação gráfica das formas verbais de primeira pessoa do plural do pretérito perfeito da primeira conjugação ('falámos', 'cantámos') para as distinguir das de presente do indicativo ('falamos', 'cantamos'), com base no facto de que «o timbre da vogal tónica/tônica é aberto naquele caso [pretérito do indicativo] em certas variantes do português» (Base IX, art.º 4.º). Ora, a distinção entre vogal aberta 'á' no pretérito e vogal média 'â' no presente é uma característica marcante da ortofonia europeia: é espantoso que o português europeu normativo (a língua nacional) seja referido neste texto, redigido com a participação de linguistas e homens de letras portugueses, como "certas variantes do português"! Na prática, trata-se da redução do português padrão de Portugal à condição de dialecto local. Não sou político, nem politólogo, mas quero-me parecer que esta concepção da língua, plasmada (inadvertidamente?) na curta expressão acima mencionada, mostra que o quadro mental dos obreiros do *Acordo Ortográfico*, não era, certamente, o mais adequado à defesa do interesse nacional.

13

Os acordistas parecem ignorar que a escrita não é (não foi nem será nunca) transcrição fonética, e que ler não é soletrar. *Ler é reconhecer*

palavras e seqüências de palavras e delas extrair significado: a leitura é um processo de *transcodificação grafo-semântica*, não um processo de transcodificação grafo-fonémica (embora os leitores disponham, é certo, de estratégias subsidiárias de conversão grafo-fonémica que aplicam, sobretudo, a palavras novas ou desconhecidas), o qual processo ocorre no contexto de uma tradição grafémica e cultural estável.

A aprendizagem de uma ortografia é sempre um processo moroso e complexo, por mais simples ou simplificada que seja. Mais do que reformar e simplificar ortografias, o que importa é garantir, por um lado, a *boa qualidade do ensino da ortografia* (que não pode assentar na soletração) e, por outro, a *estabilidade do sistema*: qualidade do ensino e estabilidade são aspectos culturais de alto valor identitário e civilizacional.

Uma reforma ortográfica, por menos interventiva que seja, introduz sempre descontinuidade cultural, instabilidade e insegurança gráficas. É preocupante e chocante a insensibilidade dos promotores do *Acordo Ortográfico* aos valores de tradição, estabilidade e continuidade ortográficas em Portugal. Nas escolas, a instabilidade e insegurança ortográficas que inevitavelmente se instalarão terão efeito cumulativo com outras pragas (como a infame *Terminologia Linguística dos Ensinos Básico e Secundário* — TLEBS) que assolam o nosso depauperado sistema educativo.

A propósito de insensibilidade (e insensatez), Fernando Cristóvão, um dos negociadores portugueses do *Acordo Ortográfico*, escreveu no Dia da Liberdade no semanário *Expresso* (*Actual*, 25/04/2008), a poucas semanas da discussão do *Acordo* no Parlamento, esta coisa espantosa: «a Albânia, a Turquia e o Vietname, trocaram os seus alfabetos pelo latino, deixando, respectivamente, os seus caracteres gregos, árabes e chineses, sem que as suas culturas sofressem com tão radical mudança.»

Será mesmo assim? De que informação rigorosa sobre a matéria disporá este defensor do *Acordo Ortográfico*? Será este o referencial adequado — a comparação com países como a Albânia, a Turquia e o Vietname — para se discutir a questão ortográfica nacional e a política linguística de Portugal (nação com oito séculos de autonomia política e com longo e denso lastro literário e cultural)? Não será que tal mudança impossibilitou de forma súbita e irreversível aos albaneses, turcos e vietnamitas o acesso à sua tradição textual e cultural, a qual é agora domínio exclusivo de especialistas e académicos (muitos dos quais estrangeiros)? Alguém imagina a Grécia, a Rússia ou o Japão a abandonar os seus ancestrais sistemas de escrita? Alguém imagina, nos dias de hoje — com a quantidade imensa de anglófonos e francófonos que há no mundo e com a mole incomensurável de documentos (públicos e privados) e publicações produzida diariamente em inglês e francês — alguém imagina, dizia, países europeus como o Reino Unido e a França a procederem a reformas ortográficas? Alguém imagina o Reino Unido e a França — países caracterizados por uma enorme diversidade linguística interna — a embarcarem em reformas ortográficas por pressão de outros países (desenvolvidos ou não)?

Se temos (?) que nos comparar com outros, não seria preferível fazê-lo com nações ciosas da sua herança cultural?

Se temos (?) de estabelecer uma bitola para o nosso desenvolvimento cultural, não seria mais adequado olharmos para o exemplo de outras nações antigas possuidoras de património cultural longo?

14

O *Acordo Ortográfico* é objectivamente um atentado contra a estabilidade do património cultural textual de Portugal e contra a

qualidade do ensino do português língua materna: os seus proponentes prestaram um mau serviço ao país e à língua.

Importa, enquanto é tempo, impedir a sua aplicação (nem que seja através de um novo protocolo modificativo), e proceder à sua revisão através da consulta de organismos, instituições e personalidades idóneas da sociedade civil, das universidades e dos diversos sectores profissionais directamente relacionados com o uso da língua portuguesa escrita EM PORTUGAL.

Importa, na circunstância de o *Acordo Ortográfico* vir a ser promulgado e aplicado, lutar pela sua impugnação e supressão, e apelar à desobediência civil e à objecção de consciência (no seguimento, aliás, de destacadas personalidades da cultura portuguesa que já anunciaram publicamente a sua intenção de não respeitarem o *Acordo*).

Se não entramos num edifício que ameaça desabar e não atravessamos um túnel em estado de colapso iminente, esperando que tais ameaças à nossa segurança sejam devidamente assinaladas e removidas pelos poderes públicos, podemos, enquanto cidadãos, recusar-nos a ser vítimas desta reforma ortográfica que ameaça desabar sobre nós e sobre os nossos filhos e devemos, concomitantemente, exigir do Estado as medidas que se impõem.

A consolidação das nossas fronteiras políticas levou cerca de 100 anos ou quatro gerações (do Fundador a El-Rei Dom Afonso III, seu bisneto), mas o desenvolvimento e a consolidação de uma ortografia entre nós levou cerca de 700 anos (ou seja, mais de vinte gerações) desde o início do século XIII até finais do século XIX e inícios do século XX. A presente reforma ortográfica, com as suas inúmeras facultatividades, significa nem mais nem menos do que *a morte anunciada do conceito*

de ortografia em Portugal, o fim de uma norma gráfica estável, e a abolição de noções e parâmetros claros de correcção.

A mentalidade acordista de 1990 — semelhante à mentalidade reformista dos «castelhanos inconscientes (involuntários)» de 1911 (*q.v. supra*), que afastou irremediavelmente as ortografias portuguesa e brasileira —, não representa nem o futuro nem o progresso de Portugal. O futuro e o progresso de Portugal enquanto país europeu desenvolvido passam pela qualificação técnica, pela existência de um padrão de excelência na investigação científica, por exemplo, em Linguística e em Ciências da Educação, pela boa qualidade dos pareceres técnicos que acompanham necessariamente o arranque de grandes empreendimentos do Estado (sejam feitos de betão ou de letras), pelo acerto e pertinência das decisões políticas, pela preocupação com a qualidade do ensino, e pela harmonização ponderada do interesse nacional com outros interesses decorrentes de compromissos ou ligações internacionais.

O *Acordo Ortográfico* de 1990 é, objectivamente, um atentado contra o nosso património, o nosso povo e o nosso desenvolvimento.

Acordo não, obrigado.

Não pedimos, não queremos, e, sobretudo, não precisamos.

Lisboa, 29 de Abril de 2008

António Emiliano
Linguísta e filólogo

Universidade Nova de Lisboa

© 2008, António Emiliano e
Guimarães Editores para a presente edição

Colaboração gráfica de Paulo Emiliano

■
IMPRESSÃO
DPI Cromotipo

PAPEL
Renovaprinte 100% reciclado, 120 gr.

EDIÇÃO TIPOGRÁFICA
Texto, *Times* e títulos, *Impact*

TIRAGEM
1000 exemplares

DEPÓSITO LEGAL
276174 / 08

ISBN
978-972-665-524-4

ISBN 978-972-665-524-4



9 789726 655244

GUIMARÃES

EDITORES • DESDE 1899

*Este opúsculo foi apresentado publicamente
no dia 13 de Maio de 2008 no Grémio Literário, Lisboa*